





Projeto de Lei nº 5296/2005
Diretrizes para os serviços
públicos de saneamento básico e
Política Nacional de
Saneamento Básico (PNS)

SANEAMENTO PARA TODOS

Brasília
2005

Programa de Modernização do Setor Saneamento
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Ministério das Cidades

Ministro das Cidades: *Olívio Dutra*

Secretária Executiva do Ministério das Cidades: *Ermínia Maricato*

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA: *Abelardo de Oliveira Filho*

Chefe de Gabinete: *Dirceu Lopes*

Secretária Nacional de Habitação – SNH: *Inês Magalhães*

Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana – SEMOB: *José Carlos Xavier*

Secretária Nacional de Programas Urbanos – SNPU: *Raquel Rolnik*

Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica – SNSA: *Marcos Helano Fernandes Montenegro*

Diretor do Departamento de Água e Esgotos – SNSA: *Clóvis Francisco do Nascimento Filho*

Diretor do Departamento de Articulação Institucional – SNSA: *Sergio Antonio Gonçalves*

Coordenador do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS: *Ernani Ciríaco de Miranda*

Endereço do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) :

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 18º andar, Sala 1803, Brasília, DF, CEP 70.076-900

Fone: (61) 3322-7170 e 3315-5329 FAX: (61) 3322-7223

E-mail: pmss@ipea.gov.br

Internet: www.cidades.gov.br e www.snis.gov.br

Brasil. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Projeto de Lei nº 5296/2005 : diretrizes para os serviços
públicos de saneamento básico e política nacional de sa-
neamento básico - PNS. - Brasília : Ministério da Cidades,
2005.

270 p. (Saneamento para todos ; 1)

1. Saneamento Básico. 2. Serviços de Saneamento. 3.
Projeto de Lei. 4. Pareceres. 5. Brasil. I Programa de Moder-
nização do Setor Saneamento. II. Título. III. Título: Diretrizes
para os serviços públicos de saneamento básico e política
nacional de saneamento básico - PNS. IV. Série.

CDD 352.6

Coordenação editorial: Rosana Lobo

Revisão técnica: Wladimir Ribeiro

Projeto gráfico/Editoração eletrônica: Rosana Lobo

Foto gentilmente cedida pela CAESB/DF

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

*O **Ministério das Cidades**, por intermédio da **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS)**, continuando a atender aos propósitos de contribuir para a transparência e o controle social e de estimular a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços de saneamento, institui a partir de agora, uma nova série de publicações denominada “**Saneamento para todos**”. Nela serão contemplados estudos e pesquisas relativos ao setor saneamento, temas institucionais e econômico-financeiros, bem como regulatórios, legais e outros.*

*Acreditando que aperfeiçoar a gestão e ampliar a cobertura é ainda a face mais moderna para a prestação de serviços públicos de saneamento ambiental no Brasil, e visando contribuir para as discussões e o aperfeiçoamento dentro do Congresso Nacional da nova política nacional de saneamento básico e o seu marco regulatório, o **Ministério das Cidades** inaugura a série com a publicação do **Projeto de Lei nº 5296 – Diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e Política Nacional de Saneamento Básico (PNS)**, encaminhado pelo Governo Federal ao Legislativo, em 23 de maio de 2005.*

A presente publicação é composta de vários textos interligados entre si e consiste em:

- a) a Exposição de Motivos;*
- b) a íntegra do Projeto de Lei nº 5296/2005;*
- c) os pareceres jurídicos que nortearam a elaboração do Projeto de Lei.*

Na Exposição de Motivos buscou-se expressar com uma linguagem objetiva e de fácil entendimento, a situação atual da regulação dos serviços e o processo de discussão que resultou no PL, confirmando a forma legitimadora e participativa com que foi feito.

Nela podemos destacar dentre outros tópicos, como as questões da titularidade e das competências dos diversos entes federativos, os subsídios cruzados e os sistemas contábeis como instrumentos de regulação e o papel dos Estados e suas empresas de saneamento que, com a utilização dos instrumentos de cooperação e de coordenação federativa, garantem os direitos dos usuários e fixam a gestão transparente dos serviços.

Na sequência, após a transcrição do Projeto de Lei nº 5296, são apresentados os pareceres de quatro eminentes juristas que, ao emitirem suas opiniões, subsidiaram a elaboração do Projeto com mudanças substanciais no texto original e analisaram conceitos e institutos fundamentais para a compreensão dos aspectos institucionais do setor de saneamento no Brasil.

Cabe fazer uma breve menção a cada um desses quatro juristas, de especialidades e escolas jurídicas diferentes: Benedicto Porto Neto, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma das maiores autoridades nos temas de concessões e permissões de serviços públicos; Dalmo de Abreu Dallari, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a maior autoridade brasileira em matéria de direito das relações federativas; Floriano de Azevedo Marques Neto, Professor Doutor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e uma das maiores autoridades brasileiras em matéria de regulação dos serviços públicos e Marçal Justen Filho, Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, a maior autoridade brasileira nos temas das licitações e contratos administrativos.

Esperamos que essa publicação venha contribuir para que as propostas do Governo Federal sejam conhecidas, permitindo o mais amplo debate que conduza o Brasil a, finalmente, ter o seu marco regulatório do saneamento, condição essencial para que esses serviços sejam universalizados a todos os brasileiros, independentemente da sua condição econômica ou social.

Olívio Dutra

Ministro de Estado das Cidades

SUMÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	
Ministro Olívio Dutra.....	9
PROJETO DE LEI Nº 5296/2005.....	27
ADVERTÊNCIA.....	67
PARECER JURÍDICO	
Benedicto Porto Neto.....	69
PARECER JURÍDICO	
Dalmo de Abreu Dallari.....	95
PARECER JURÍDICO	
Floriano de Azevedo Marques Neto.....	115
PARECER JURÍDICO	
Marçal Justen Filho.....	191

